

# Em memória de Jacinto Nunes

## Cidadão economista

Esta homenagem à memória de Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), decano dos economistas portugueses e da 6ª seção (Economia e Finanças) da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, decorre de ações conjuntas entre 2008 e o elogio a António Manuel Pinto Barbosa (1917-2006), economista e governante: como fui proposto por Pinto Barbosa para sócio correspondente em 1997 e por Jacinto Nunes para sócio efetivo em 2007, as saudades do cidadão economista magnificam as do economista e governante.

O escrito divide-se em três partes. A vida e a surpresa da morte de um amigo, defensor da “Europa aberta”, bem como o meu compromisso de continuar tarefas comuns lusófonas, constam da primeira parte. A última revisita o tema de um ensaio escrito por ocasião da sua jubilação em 1996, no qual datei ciclos virtuosos e viciosos da vida dos portugueses desde as invasões francesas. No meio, evoco momentos definidores da minha vida profissional que envolvem Pinto Barbosa, Jacinto Nunes e Jorge Borges de Macedo (1921-96). Motivo assim o recurso a outros daqueles momentos, que configuram mudanças da combinação de pertenças e liberdades dos cidadãos e tornam indispensável restaurar os valores para cada contexto. Saber continuar (*Nova Cidadania*, nº 25, 2005, citação 10, p. 35).

### ACASOS E COMPROMISSOS

Lisboeta toda a vida, Manuel Jacinto Nunes nasceu no Campo Santana e morreu no Hospital da Luz a 14 de Julho, na companhia da filha e da mulher. Esta, colega algarvia do Instituto Superior



POR  
**Jorge Braga de Macedo**

Presidente, IICT; Diretor do Centro Globalização e Governação, Faculdade de Economia da UNL; Membro do conselho editorial de *Nova Cidadania*

de Ciências Económicas e Financeiras (agora ISEG), veio a ser a primeira responsável da Biblioteca Almada Negreiros na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (agora NOVASBE) e o casal estava tão presente nas duas escolas que, em *Memórias Soltas*, 2009 (p. 119-120), Jacinto Nunes nem sequer especifica qual: “Cavaco Silva era exigente mas eu entendi-me bem com ele. Em Novembro de 1979 fora arguente do seu concurso para professor extraordinária na Universidade.”

A viúva ofereceu-me uma cópia, acrescentando que o marido não gostava muito do livro, escrito à pressa, por insistência de Silva Lopes. Eu gostei e uso no que segue: em criança, brincava no Jardim do Campo Santana com Vasco Cabral, que por acaso também se viria a formar no ISEG e ser Ministro da Guiné-Bissau durante mais de trinta

anos; filiou-se na Juventude Operária Católica da Igreja da Pena quando frequentava o Liceu Camões; perdeu a fé por altura do 6º ano “sem causa detectável” mas ficou “impregnado de moral cristã, para o que também contribuiu muito a educação materna”; pensou cursar direito mas “o problema era deixar de estudar Matemática, de que tanto gostava” – por isso fez a admissão ao Quelhas onde, “logo no primeiro ano”, Bento de Jesus Caraça (1901-48) lhe concedeu uma bolsa.

A filha, Manuela, que se licenciou em Germânicas e partiu para a Alemanha – onde fez um doutoramento sobre Thomas Mann, era a filha de Pinto Barbosa, mestre e amigo do pai, que lhe sucedeu como decano dos economistas portugueses depois de – ao longo de seis décadas – terem colaborado no Governo, no Banco de Portugal e na Academia (onde, entre 1985 e 2007, presidiram ao Instituto de Altos Estudos).

Ressalta de *Memórias* o grande empenho posto no *Acordo Ortográfico* e no *Dicionário* enquanto presidia à Classe de Letras, entre 1980 e 1990. Toda a família gostava de literatura. Jacinto Nunes confessa ter escrito sobre “a Geração de 70, Stefan Zweig, Wittgenstein, Camões (calcule-se!), etc.” (p. 16) e lido, “mais por curiosidade, o

velho Saussure” (p. 137) – que sua filha deve ter decorado!

Na presença do Presidente Eanes (a quem antes de sair do governo Mota Pinto na primavera de 1979 apresentara Cavaco Silva enquanto responsável pelo Gabinete de Estudos do Banco de Portugal, *Memórias*, p. 117), representou a sua Classe na inauguração das *Come-morações do II Centenário da Academia*, tendo dias depois recebido a presidência do notável camiliano Jacinto do Prado Coelho (1920–84), outro lisboeta. Viria a fazer a abertura do Colóquio de *Estudos Camilianos* antes de entregar a presidência a José Vitorino de Pina Martins (1920–2010). Ambos académicos são muito citados em *Memórias* (p. 139, 146, p. ex.) não deixando dúvidas sobre o pendor literário do cidadão economista.

Passo a compromissos: No curto caminho entre a Basílica da Estrela, onde o padre Vítor Melícias oficiara a missa de corpo presente, e a sepultura no Cemitério dos Prazeres iniciei diligências para uma homenagem, que continuei com José Luís Cardoso e Silva Lopes numa reunião da 6ª seção, à qual também assistiu Jaime Reis (e outros enviaram procuração). A homenagem continuaria uma reflexão interdisciplinar sobre a crise financeira global que respeite as pertenças Europeia e lusófona dos portugueses.

Nem de propósito, era euro-lusófono o ambiente no qual me comprometi perante o diretor desta revista a escrever uma homenagem. Um livro científico editado pelo Instituto de Investigação Científica Tropical e a Universidade do Porto sobre *Borboletas Diurnas de Angola*, recordação que trouxe ao jantar de despedida do embaixador húngaro, oferecido pelo embaixador eslovaco em 23/07/14, levou o anfitrião a recordar que o seu primeiro posto foi Luanda e o convidado de honra a informar que estava de partida para Brasília!

Através de duas notícias singelas, o jantar euro-lusófono permite realçar que a pertença lusófona complementa pergaminhos europeístas. Em 12/07/91, o (inimitável depois de tantos anos) *Independente* noticiava que o “Conselho Privado para a Presidência da CEE” a nomear por Cavaco Silva, entre “os melhores especialistas em questões europeias...representativos das diversas

áreas democráticas”, “deverá ser presidido por Jacinto Nunes,...considerado politicamente independente”. Em Julho de 1993, dá uma entrevista que reflete o seu “Manual da Europa” (intitulado *De Roma a Maastricht*), dizendo: “não à Europa fechada”. Quer dizer: “sim à euro-lusofonia”.

No dia seguinte ao jantar euro-lusófono, 24 de Julho, estava marcada uma sessão da Classe de Letras. Antes da ordem do dia, o presidente evocou a memória do seu antecessor, seguindo-se o testemunho de Isabel Horta Correia, sócia mais moderna da 6ª seção, e o meu. Guilherme de Oliveira Martins, sócio da 7ª seção (Sociologia e outras ciências humanas e sociais) dedicou-lhe a sua comunicação, por sinal sobre o Banco de Portugal oitocentista.

Pedro Soares Martínez, decano da 5ª seção (Direito e Ciência Política), titular da cadeira L11, lembrou o convívio com o eminentíssimo confrade desde o tempo em que era Subsecretário de Estado do Tesouro do Ministro Pinto Barbosa, que já havia mencionado ao fazer o elogio do recipiendário da cadeira L18 (*NOVASBE Working Paper* n.º 577, Novembro de 2013 – inclui também um texto de Jacinto Nunes). João Carlos Espada, da 5ª seção, não falou nesta sessão mas, testemunha do impulso da véspera, olhou-me com uma expectativa que se estava transformando em exigência.

Ora, a exigência do compromisso de homenagear Jacinto Nunes decorre do



**Muitas ocasiões  
houve para com  
ele aprender  
a conhecer a  
profissão dos  
economistas  
portugueses e até  
mesmo algumas  
características da  
nossa identidade**

acaso de um encontro no Funchal em 14/03/08 em que também estava Paulo de Pitta e Cunha, meu antigo mestre, atual decano da 6ª seção, no qual decidimos dinamizar a dita. A isso voltarei na última parte.

## MOMENTOS DEFINIDORES

Conheci Jacinto Nunes ao regressar de Angola depois do serviço militar, por intermédio do saudoso Alfredo de Sousa (1931–1994). Recordo reuniões com Cavaco Silva no arranque da revista *Economia* da Universidade Católica Portuguesa – concebida em estreita articulação com a *NOVASBE* – e as provas de agregação que prestei no Campo Grande, em 1982, quando conheci a dimensão de cidadania de Jacinto Nunes. Isso viria a determinar o tema da minha contribuição aos *Ensaio de Homenagem* organizados pelo ISEG. Recordo ainda que preparamos os *Barbosa Festschriften* em 1986, com Teixeira Ribeiro (1908–1997), outro confrade da 6ª seção, Pereira de Moura (1925–1998), Miguel Beza, Vítor Constâncio, Reis e o próprio Sousa e que em 1987 estivemos juntos no Forum Europeu de Alpbach, dedicado à problemática dos valores. Aí aprofundei a cumplicidade de estarmos casados com bibliotecárias. Mais, graças à Dra Lutgarda (que há quase 40 anos me inscreveu como leitor n.º 16), soube agora que amigos de juventude tratavam o casal por Maumau e Gada!

A partir de 1988, participei (salvo quando estava impedido por outras funções) na Assembleia Geral da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira, onde em 2011 substituí Jacinto Nunes enquanto presidente da mesa.

Foi primeiro arguente nas minhas provas de agregação. Menciono esse “momento definidor” da carreira académica logo no início (p. 53 dos *Ensaio*) e acrescento que o nosso convívio “não se limitou à universidade. Muitas ocasiões houve para com ele aprender a conhecer a profissão dos economistas portugueses e até mesmo algumas características da nossa identidade. Saliento ainda a sua pedagogia europeia em jornais e revistas: ultrapassa a fronteira disciplinar e aproxima-se do cidadão sem contudo ofender a análise económica.” Introduzo depois

a lusofonia como “pertença complementar e não rival da europeia. Mais, sustento que a combinação de ambas as pertenças garante as liberdades política e financeira dos portugueses, incluindo as comunidades de emigrantes espalhadas pela Europa e pelo mundo”. Lembro então que a revisão do Tratado da União Europeia na Conferência Inter-Governamental e a institucionalização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, “ambas previstas para 1996, podem reforçar a consciência desses valores na sociedade.”

Entre 1994 e 1996 tinha presidido à Comissão de Assuntos Europeus, onde uma resolução sobre a ideia portuguesa da Europa que refletia estas duas pertenças dos cidadãos fora aprovada sem votos contra. Por isso, na conclusão do ensaio, estranhava que tal consenso parlamentar fosse ignorado nas negociações europeias e também que não houvesse cooperação empresarial lusófona, como propunha a ELO – Associação para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação...

Também realcei a qualidade de “guardião da liberdade financeira” do homenageado, citando palavras suas num seminário sobre a *Reforma do Mercado de Capitais* promovido pelo Instituto Progresso Social e Democracia Francisco Sá Carneiro em Outubro de 1984 que já havia evocado ao concluir uma homenagem a Borges de Macedo por ocasião da sua jubilação em 1991. Aí retirei da ligação entre economia e ética um apelo á esperança que acaba sempre por ter expressão económica, entendida no sentido etimológico de “arrumar a casa” que é afinal, em termos de política, “pôr ordem na cidade” (*Estudos em Homenagem*, 1992, p. 622).

Reitero os epítetos de “pedagogo, conselheiro e político” que atribuí ao cidadão economista e alvitro que esta preocupação filosófica determinou o destaque dado ao pensamento económico pelos organizadores da homenagem de 1996. Tal se deve certamente a José Luís Cardoso, que, com o apoio de Jacinto Nunes, coordenava desde 1990 a coleção *Obras Clássicas do Pensamento Económico Português*, publicada pelo Banco de Portugal e, em nome do ISEG, solicitou contribuições da Academia onde, em 06/07/95, viria a ser eleito sócio correspondente da 6ª



**O *in memoriam* também relata que Jacinto Nunes “costumava recordar, com ironia, um dos raros encontros que teve com Salazar” no qual teria expresso “a sua crença nas virtudes do pensamento keynesiano, dele obtendo uma resposta sobranceira: ‘Deixe lá, deixe lá, isso passa-lhe’. Mas não passou.”**

secção. No *in memoriam* que publicou no *Expresso* de 19/07/14, o discípulo descreve o mestre como “ponderado e sereno, nunca cultivou o sucesso mediático apressado” e conclui que o seu maior triunfo “é o reconhecimento público, inequívoco e unânime, do imenso valor do seu legado.”

Nesse legado estarão certamente as comunicações à Academia, nomeadamente a publicada no *Simpósio de Estudos Keynesianos* de 1977, a que chama última peça “de um keynesianismo onde começo a ponderar as alternativas” como escreve na nota prévia do livro de 1998, intitulado *O pensamento de Keynes. Aspectos epistemológicos e metodológicos*, onde reúne trabalhos tendentes a ultrapassar o pensamento cartesiano/euclidiano em favor do modo de pensar “babilónico”, que considera compatível com o paradigma científico de Thomas Kuhn. Não surpreende então o seu gosto pela multidisciplinariedade e o pluralismo metodológico, que Cardoso considera “poderoso antídoto contra o pensamento único de qualquer estirpe”.

O *in memoriam* também relata que Jacinto Nunes “costumava recordar, com ironia, um dos raros encontros que teve com Salazar” no qual teria expresso “a sua crença nas virtudes do pensamento keynesiano, dele obtendo uma resposta sobranceira: ‘Deixe lá, deixe lá, isso passa-lhe’. Mas não passou.” Ora eu sempre ouvira dizer que essa resposta se dirigia a Luís Teixeira Pinto (1927-2012), Ministro da Economia entre 1962 e 1965...

Felizmente, o próprio Jacinto Nunes conta numa conferência sobre o *Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes* (p. 59) que se tratava de Ulisses Cortês (1900-75), Ministro das Finanças entre 1965 e 1968. Explica ainda a sua própria recusa de aceitar o convite aceite pelo seu amigo Teixeira Pinto em termos mais práticos do que doutrinários: “com Salazar a tarefa de Ministro das Finanças estava mais facilitada do que a do Ministro da Economia.”

A este “momento definidor” – que merece uma secção própria em *Memórias* (p. 53-56) – podem juntar-se outros, igualmente relevantes, desde logo

a já evocada colaboração no Governo, no Banco de Portugal e na Academia.

A primeira colaboração data do plano Marshall. Além da secção própria em *Memórias* (p. 23-30), esta é salientada no prefácio, onde Silva Lopes escreve que “o governo não terá percebido a princípio o que era o plano Marshall”, carregando assim o testemunho de Jacinto Nunes que salienta o desconhecimento dos efeitos. No seu comentário de fins de 2013 sobre Pinto Barbosa escreve: “Em 1948 Pinto Barbosa é nomeado Director do Gabinete de Estudos onde eu trabalhava. Nasceu daí uma amizade que durou até ao seu falecimento. As nossas relações de 1948 até 1974 eram mesmo de grande intimidade. Participámos juntos, em Paris, nos trabalhos do Plano Marshall – Pinto Barbosa apreciava o meu trabalho e a minha lealdade”.

Em *Memórias*, também se esclarece que, quando Pinto Barbosa saiu do Governo, fez saber que “abandonaria o Banco (...) se fosse outra pessoa que não Pinto Barbosa para governador” (p. 74); acrescenta que nesse período “prestei uma colaboração leal e dedicada a Pinto Barbosa, que o reconheceu, pois mantivemos sempre estreitas relações de amizade após o 25 de Abril.” Adiante escreve que permaneceu “durante uns dias ministro das Finanças e governador do Banco de Portugal” e que Pinto Barbosa “foi implicitamente afastado do processo. Dadas as minhas íntimas relações de amizade com o Doutor Pinto Barbosa, ia muitas vezes almoçar a casa dele...” (p. 83).

Na citada evocação de Pinto Barbosa que me enviou em finais de 2013, reduziu a escrito o que me dissera de viva voz: “No período seguinte e enquanto não deram a demissão ao Governador, eu ia ao Banco, todos os dias em que tinha algum tempo, dar-lhe conta dos acontecimentos mais importantes. Outras vezes ia almoçar a sua casa, perto do Palácio de Belém onde eu trabalhava. Viremos a página sobre esse período.

Em Basileia, nas reuniões do Banco Internacional de Pagamentos, em que eu participava, perguntavam-me por ele e tive ocasião de frisar que não era uma situação agradável. O Director Geral do Banco escreve a Pinto Barbosa convidando-o para consultor do Banco onde estive de 1975 a 1978.

Antes de eu sair do Banco de Portugal ainda tive a oportunidade de almoçar com ele em Basileia na última reunião em que participei”.

Radico o “reconhecimento público, inequívoco e unânime, do imenso valor do seu legado”, de que fala Cardoso, na capacidade cidadã do economista que soube jungir Pinto Barbosa e Silva Lopes, muito para além de cargos que os três ocuparam, designadamente Ministro das Finanças e Governador

co Silva, outro ex-Ministro das Finanças que, não tendo sido Governador, foi Primeiro-ministro, é Presidente da República, está na segunda fotografia e é citado 7 vezes entre as páginas 117 e 154. Outra, Teixeira Ribeiro, citado 9 vezes entre as páginas 37 e 80, sucessor de Salazar na Universidade cuja Faculdade de Economia lhe conferiu um doutoramento *honoris causa* em 2002 apadrinhado por Constâncio (três fotografias). A crise global confirmou



| Academia das Ciências de Lisboa |

do Banco de Portugal: em *Memórias*, o primeiro é citado em cada 2 páginas (33 vezes entre as páginas 13 e 83) e o segundo em cada 4 (17 vezes entre as páginas 91 e 154), sendo deles a primeira e última das 16 fotografias reproduzidas nas páginas centrais. Podem comparar-se estes dois casos com Ernâni Lopes (1942-2010), aluno dileto citado 16 vezes entre as páginas 115 e 153 e João Salgueiro, seu vice governador em 1975 e “pessoa da minha maior confiança” (p. 101, citado 18 vezes até p. 131) que passaram pelo Terreiro do Paço quando ele era governador. Mas vejo raízes mais profundas. Uma, Cava-

esta capacidade cidadã do economista, o que permite voltar ao tema do ensaio que escrevi em sua homenagem pouco antes da morte de meu pai.

## PERTENÇAS E LIBERDADES DOS PORTUGUESES

Entre os 46 Ensaios, o alusivo às pertenças e liberdades dos portugueses tem por título “Europa e lusofonia, política e financeira”. Na nota da p. 53, refiro que meu pai ainda lera o *NOVASBE Working Paper* nº 269, Janeiro de 1996, e me encorajara a esclarecer melhor a natureza do argumento. Acrescentei:

“É o que conto fazer em sua memória.” E assim fui atualizando o cálculo da duração dos ciclos virtuosos e viciosos, tentando por essa via esclarecer as respostas portuguesas à globalização.

Os ciclos são baseados em “anos definidores” iniciados em 1807 ou 1834 consoante se trata da partida da Corte para o Brasil ou da convenção de Évoramonte, como se pode ver em “Globalização e Governança: uma perspectiva portuguesa”, *D’aquem, d’além e*



**Reitero os epítetos de “pedagogo, conselheiro e político” que atribuí ao cidadão economista e alvitro que esta preocupação filosófica determinou o destaque dado ao pensamento económico pelos organizadores da homenagem de 1996**

*d’ultramar, Homenagem a António Dias Farinha*, organizado por Francisco Contente Domingues e José da Silva Horta, no prelo (pp. 93-134).

Depois de ter restaurado a estabilidade e convertibilidade do escudo durante a turbulência do Sistema Monetário Europeu em 1992-93, tentei conhecer melhor a experiência cambial portuguesa. Vale a pena evocar aqui o livro de Miriam Leitão, *Saga brasileira, a longa luta de um povo por sua moeda*, do qual, como bem explicou Pêrsio Arida em *O Globo* de 16 de Maio de 2011, se retira que, mesmo para uma economia de dimensão conti-

mental, a soberania cambial é uma ilusão, o que sublinha a importância da boa governação nesse particular: “Todos sabemos que inflação não é criada pelos mercados, mas sim o resultado de políticas económicas equivocadas. O que poucos se dão conta é que, para que a estabilização económica seja bem sucedida, tem que haver, além de um bom governo, um pacto social de apoio e adesão”.

Ou seja a liberdade financeira garante a liberdade política futura, como expliquei no projeto “Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar”, que resulta ainda da colaboração do IICT com o Centro Globalização e Governança (CG&G, criado com outro nome em 1992) da NOVASBE e a Academia, nos termos do protocolo assinado em 18 de Fevereiro de 2008. Em virtude do meu pendur interdisciplinar e das minhas funções no IICT e CG&G, o protocolo visava “analisar as principais temáticas do desenvolvimento económico, social e político lusófono”. Aquilo a que chamara “lusofonia global” no *Expresso* de 29/05/04 está incluída nas “principais temáticas da política externa portuguesa e das relações internacionais”; a esse respeito, os considerandos mencionam que “a interação entre globalização e governação a nível nacional, regional e global se junta ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio nos países da CPLP”. A abordagem aflora num colóquio do IICT em Janeiro de 2012, cujas atas foram publicadas numa brochura bilingue com DVD intitulada *Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro 2013*.

Quando em Lisboa se assinou o protocolo e no Funchal se decidiu dinamizar a 6ª seção, já estava em curso a escolha de possíveis sócios correspondentes estrangeiros de outros países da CPLP além de Portugal e Brasil, e em 24/07/08 concretizou-se a eleição de sócios angolano, guineense e cabo-verdiano. Este foi um passo muito relevante para a Academia e para o projeto da 6ª seção – mau grado a circunstância de a escolha desses sócios se ter feito em função da nacionalidade – sem atender às disciplinas de origem.

O resultado deve-se a Ilídio do Amaral, então na 4ª seção (História e Geografia). Este lusófono de gema

criou a 7ª seção, pediu para passar a sócio emérito em 2011 e a cadeira que deixou vaga na 4ª acaba de ser preenchida. É mencionado em *Memórias* (p. 155), por ter feito parte em 1996 de um Grupo de Reflexão e Acompanhamento do Ministério da Educação mas, em 19/07/14, ele referiu uma conexão lusófona: em 1960, enquanto secretário do primeiro curso universitário de férias em Angola, tinha tirado apontamentos das aulas de Jacinto Nunes.

A ida a Angola e Moçambique está na p. 31 de *Memórias*, sem pormenores. Não se sabe o que ficou da amizade infantil com Vasco Cabral, mencionada no primeiro parágrafo da seção intitulada “Do Autor” acompanhada da citação “O outro é um outro eu” (p. 17) nem porque razão a alcunha Maumau o divertia tanto. Mas o convívio pós-Funchal dá-me a convicção de que não era só literatura.

Conforme se recorda na frase final de *Memórias* (p. 159), a crise financeira que se verificou em 15/08/08, teve grande impacto na perceção social dos economistas, tendo assim suscitado a curiosidade de outras disciplinas. Também surpreendeu que a crise originasse não nos países emergentes mas sim nos mais avançados, membros do “clube reformista” da OCDE. Por isso, a visita da Rainha Isabel II à *London School of Economics* em 05/11/08 e a sua famosa pergunta “se era tudo tão grande, como é que ninguém reparou?” deram pretexto para, um ano depois, debater esboços de resposta através de uma carta enviada por sócios da Academia Britânica (que equivale à Classe de Letras da congénere portuguesa).

Quem, na esteira de Pina Martins, julgar que a famosa Carta à Rainha Isabel I escrita pelo bispo de Silves em 1565 (a meio do concílio tridentino) se destinava mais a isolar Lutero, fonte de todos os males da Igreja, do que a convencer a destinatária, poderá compreender melhor a resposta preferida pela 6ª seção na sua reunião de 05/11/09: a carta – dirigida a uma hipotética “Rainha Lusófona” – deveria incluir perspectivas de confrades da Classe de Ciências (Rui Vilela Mendes, Rui Malhó, Jean-Pierre Contzen, este também sócio da Academia Real da Bélgica) e do Sul (CPLP).

Sem esquecer o papel do inglês, *lingua franca* da economia e finanças, aquelas perspectivas visariam esclarecer a percepção dos economistas na crise para além dos países da OCDE, esperando ter efeito na inteligência lusófona global: foi esse o propósito do opúsculo *Writing to Queens while Crises Proceed*, IICT: 2013, incluído nas atas do colóquio já citado.

Na mesma reunião concluiu-se o processo de sucessão do prémio Nobel James Tobin com base em sugestões dos sócios, sendo proposto ao plenário de efetivos eleger Paul Krugman e Olivier Blanchard. Ao recuperar assim o papel da seção na escolha de sócios correspondentes estrangeiros, continuava-se

a caminhar nos âmbitos internacional e interdisciplinar que haviam motivado a decisão dinamizadora.

Concordou-se em planejar uma conferência académica com o título provisório de “Os economistas e a crise” para a qual se convidaria Krugman, confrades de ambas as Classes bem como economistas lusófonos. Assim, Renato Flores, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, apresentou um esboço do seu *NOVASBE Working Paper* n.º 558, Setembro 2013, e Contzen partilhou trabalhos sobre política de inovação e o papel das Academias no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio. Mais ou menos remotos no tempo e no espaço, estes exemplos

ilustram o “conhecimento mútuo” da declaração de Bissau (*Nova Cidadania*, n.º 34, 2007, p. 48). Como também viria a lembrar Contzen na sessão de abertura de *Ciência nos Trópicos*, tal “conhecimento mútuo” irá tornar-se determinante na consecução daqueles Objetivos depois de 2015. Entretanto, José Fernando Santos, professor de prática na *MIT Sloan*, associado ao CG&G, introduzira uma perspectiva de neurociência sobre o papel da organização e gestão na crise financeira, incluída em *Writing to Queens*.

Em 27/02/12, na qualidade de decano dos economistas portugueses, Jacinto Nunes entrega o diploma de sócio correspondente estrangeiro da Academia ao prémio Nobel, por ocasião do seu doutoramento *honoris causa* pelas Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa e Nova de Lisboa. Antes da cerimónia da Aula Magna, Krugman visitara a Academia para participar numa reunião do projeto onde Malhó apresentou uma contribuição, como consta do relato do *TriDoc* publicado em *Notas Económicas*, Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, n.º 37, Junho 2013 (pp. 7-22).

Depois, o economista angolano José Alves da Rocha foi eleito sócio correspondente estrangeiro. Em 23/01/13, levei-o a visitar o decano na sua residência e decidimos refletir o esperado contributo afro-lusófono no projeto. Para já, adaptei uma contribuição submetida à revista *Lucere* da Universidade Católica de Angola para um debate sobre liberdade e globalização com José Loureiro dos Santos, da 7.ª secção (“grande especialista de Estratégia que, com júbilo, vi entrar, em 2008, na Academia...”, *Memórias*, p. 31).

Em suma, quando os economistas portugueses perderam o seu decano, a 6.ª seção da Academia estava conseguindo aprofundar e alargar a lusofonia global - ideia nascida no Funchal mais de seis anos atrás. A motivação primeira do protocolo de Janeiro de 2008 não esmoreceu e, graças ao entusiasmo do padre Melícias, logrará dar fruto. Porque respeitar a tradição académica de honrar os seus predecessores e de aproximar seções e classes obriga a restaurar os valores para cada contexto. Jacinto Nunes morreu titular da cadeira L8 e o seu sucessor saberá continuar. ■

## 66 **Radico o “reconhecimento público, inequívoco e unânime, do imenso valor do seu legado”, de que fala Cardoso, na capacidade cidadã do economista que soube jungir Pinto Barbosa e Silva Lopes**

